



Senado pode ouvir ministro sobre acidente em Alcântara

Efraim Morais pede que Roberto Amaral, da Ciência e Tecnologia, preste informações em Plenário. Proposta tem a concordância do líder do governo, Aloizio Mercadante. José Sarney diz que é hora de prestigiar a FAB e o programa espacial brasileiro

Página 3

Governadores confirmam presença na CAE

Presidente da CAE, Ramez Tebet, anuncia que os cinco governadores convidados já confirmaram participação na audiência pública sobre reforma tributária, marcada para a próxima terça-feira.

Página 4

Nobel de Economia fala a senadores

As Comissões de Relações Exteriores e de Assuntos Econômicos do Senado realizam debate hoje, a partir das 14h15, com o economista norte-americano Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia de 2001.

Página 5

CPI investiga 170 suspeitos de sonegação

A CPI do Banestado vai investigar 170 brasileiros que possuem nos Estados Unidos bens superiores a US\$ 800 mil não declarados no Imposto de Renda. É o que informa o presidente da CPI, Antero Paes de Barros.

Página 6



Célio Azevedo

CARÊNCIA Conforme Olívio Dutra, 9,6 milhões de domicílios urbanos, atingindo 60 milhões de pessoas, não têm coleta de esgotos

Olívio Dutra defende agência para saneamento

Ministro das Cidades diz na Comissão de Infra-Estrutura que situação do setor é "dramática". Segundo ele, órgão regulador permitirá execução de novos projetos

Página 7



Jane de Araújo

União para beneficiar portador de deficiência

O Senado vai desenvolver ações de divulgação com o Confea para facilitar a aplicação do Estatuto da Cidade. A iniciativa beneficia portadores de deficiência, como ficou acertado entre José Sarney e o presidente do conselho, Wilson Lang.

Página 8



MEDIDA Acionista da Cemig que não cumpre contrato ficará sem dividendos, sugere Hélio Costa

Costa quer rigor com empresa inadimplente

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) informou ontem que enviará requerimento ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, sugerindo a imediata suspensão de qualquer pagamento de dividendos por parte da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) para acionistas que não cumprem com suas obrigações contratuais, como é o caso da empresa norte-americana AES.

Apesar de não ter quitado o financiamento de US\$ 700 milhões tomados ao BNDES para a compra da Cemig e da Eletropaulo, a AES já recebeu, de 1997 até hoje, R\$ 150 milhões de dividendos da companhia mineira e tem direito a mais R\$ 19 milhões até o final do ano, explicou o senador.

Para Hélio Costa, esses recursos deveriam financiar a geração de empregos, já que o dinheiro emprestado pelo BNDES à empresa multinacional pertencia ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Agenda

Falta de acordo tranca pauta de votações

Com a falta de acordo entre os partidos sobre o exame do mérito dos três projetos de lei de conversão que estão trancando a pauta de votações, o presidente do Senado, José Sarney,

anunciou, na sessão de ontem, o adiamento da discussão das propostas. Com a pauta trancada, as comissões permanentes do Senado só podem votar projetos não terminativos.

CCJ discute reforma do Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se às 9h para examinar projeto (PRS 05/03) que cria a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero. Às 11h30, promove audiência pública para discutir a PEC nº 29/00, que trata da reforma do Judiciário, com os ministros Carlos Eduardo de Andrade, do Superior Tribunal Militar, e Vantuil Abdala, do Tribunal Superior do Trabalho.



Nobel de Economia faz palestra aos senadores

A pedido de Eduardo Suplicy (PT-SP), Joseph Stiglitz (foto), ex-vice-presidente do Banco Mundial e Prêmio Nobel de Economia, faz palestra na reunião conjunta das Comissões de Relações



Exteriores e de Assuntos Econômicos, às 14h15. Também comparecem Albert Fishlow, da Universidade de Colúmbia (EUA), e Giovanni Dosi, da Escola de Estudos Avançados Sant'Anna (Itália).

Comissão de Educação recebe secretários estaduais



A Comissão de Educação (CE) recebe, às 10h, no gabinete do senador Osmar Dias (PDT-PR) – foto –, os secretários estaduais de Cultura e Educação de Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo,

Alagoas e Roraima, para discutir o impacto da reforma tributária nas suas áreas de atuação. A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) também se reúne hoje, a partir das 11h30.

Fusão Varig-TAM em discussão na CAS

A partir das 10h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove audiência pública para discutir a fusão das empresas aéreas Varig e TAM. Devem comparecer o vice-presidente do BNDES, Darc Costa, o ministro da Defesa, José Viegas Filho, e os coordenadores da proposta dos trabalhadores e das empresas para a fusão, os professores Paulo Rabello de Castro e Luciano Coutinho.



CPI da Exploração Sexual

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no país, presidida pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), vai ouvir, às 11h30, o depoimento da coordenadora do disque-denúncia da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Elizabeth Leitão. Integrantes do colegiado também estão realizando hoje diligência no município de Altamira (PA).

Audiência sobre dívida pública

A Subcomissão Temporária de Extração Mineral se reúne hoje às 9h30 para discutir assuntos administrativos, como as viagens aos estados de Minas Gerais e Amapá, e avaliar as duas últimas audiências promovidas pelo colegiado. Às 10h, a Subcomissão da Dívida Pública realiza audiência com o governador do Amazonas, Eduardo Braga, que vai expor sua experiência na administração das dívidas de seu estado.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Fotos: Roosevelt Pinheiro

PIONEIRISMO Para Renan, gênio inventivo do nordestino inspira retomada do crescimento

Renan destaca exemplo de Delmiro Gouveia

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), citou ontem o exemplo do nordestino Delmiro Gouveia (1863-1917), pioneiro da industrialização no país, para defender a retomada do crescimento e a geração de empregos. O senador observou que o Brasil precisa escapar da recessão industrial, resultado dos altos juros e da política monetária restritiva.

Para Renan, os sinais de recuperação são ruins, mas já foram piores, sendo positiva a perspectiva a médio prazo. "Para colaborar nesse otimismo que é próprio do brasileiro", o senador lembrou o exemplo de Delmiro Gouveia, cujo gênio inventivo levou ao sertão a energia elétrica, o automóvel, a fábrica de têxteis, a irrigação e até o cinema.

Símbolo

O senador Renan Calheiros informou que o município alagoano de Delmiro Gouveia, escolhido para abrigar a Companhia Agrofabril Mercantil quando ainda se chamava povoado da Pedra, tem hoje cerca de 40 mil habitantes. Fundada em 1914 para fabricar linhas para costura e fios para malharia, a fábrica chegou a ter mil empregados. Reaberta em 1992, tem apenas 620 funcionários, mas precisa ser mantida, disse o senador, pelo seu valor simbólico.

O parlamentar disse que seu trabalho no Senado tem priorizado o oferecimento de incentivos para a continuidade da empresa e o desenvolvimento da região. Ele ressaltou a importância da construção do Canal do Sertão, entre Delmiro Gouveia e Arapiraca (AL), com 200 quilômetros de extensão, que fornecerá a milhares de famílias água para o consumo e para a agropecuária.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Lúcia Vânia vê riscos na fusão da Varig e TAM



Lúcia Vânia: fusão terá audiência hoje

A fusão das empresas aéreas Varig e TAM, aparentemente viável, pode agravar o desemprego, não só na aviação civil, mas em outros setores relacionados ao transporte, disse ontem a senadora Lúcia

Vânia (PSDB-GO). Ela informou que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove hoje audiência pública para debater a fusão, atendendo a requerimento conjunto dela própria e do senador Paulo Paim (PT-RS).

Segundo a senadora, o setor representa cerca de 3% do Produto Interno Bruto (PIB), gerando 35 mil empregos diretos, e a fusão pode vir a eliminar de 6 mil a 25 mil vagas e ameaçar o emprego de 20 mil trabalhadores e prestadores de serviço às empresas de refeições preparadas.

Para Suassuna, lei prejudica escola privada



Ney Suassuna: lei do calote é péssimo exemplo

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) criticou ontem norma que impede as escolas particulares de expulsar alunos inadimplentes. Ele chamou a norma de "lei do calote" e disse que sua aplicação é um péssimo exemplo.

– O governo faz benesse com o chapéu alheio – afirmou.

Suassuna lembrou que a educação é a principal alavanca do desenvolvimento e alertou para os prejuízos que a norma atual causa às escolas.

– O Rio de Janeiro tinha 5.200 escolas particulares. Este ano, 2.200 fecharam suas portas. A classe média está sendo esmagada e uma área que deveria ser a alavanca da prosperidade está sendo usada pelo governo para fazer caridade. Mas quem vai pagar por essa caridade? – questionou.



Divulgação

Líder do governo concorda com a proposta, feita por Efraim Morais, de convidar o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, para prestar informações sobre a explosão do veículo lançador de satélites, em que morreram 21 pessoas

Mercadante: Senado deve participar do debate sobre programa espacial

O ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, pode ser convidado a comparecer ao Plenário do Senado amanhã para prestar informações sobre a explosão do veículo lançador de satélites (VLS), no Centro de Lançamento de Alcântara (MA), em que morreram 21 técnicos e cientistas. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), apoiou proposta de convite feita em aparte pelo líder da minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), que deve formalizá-la hoje.

– Podemos até convocar o encarregado do inquérito, pois o Senado deve participar desse debate – disse Mercadante.

O líder do governo defendeu a continuidade do projeto do



Fotos: Roosevelt Pinheiro

PROPOSTA Efraim Morais anuncia que vai sugerir a presença do ministro no Senado

VLS nacional, o que, para ele, seria a melhor das homenagens aos mortos no acidente.

– É um mercado de US\$ 32 bilhões anuais, do qual fazem parte apenas Estados Unidos,



RECONHECIMENTO Mercadante diz que manter programa é melhor homenagem às vítimas

Japão, China, Índia, Ucrânia e um consórcio da União Europeia – afirmou.

De acordo com Mercadante, o país não vai aceitar os termos impostos pelos Estados Unidos

para alugar a base de Alcântara, segundo os quais o Brasil não poderia usar o dinheiro do aluguel no projeto do VLS.

– Parcerias como as que estamos fazendo com a Ucrânia e com a China são bem-vindas, trazem tecnologia. Porém, não podemos aceitar as barreiras que os Estados Unidos querem impor – frisou, acrescentando que o Brasil já abdicou de participar do clube nuclear e vai cumprir isso à risca. “Mas não podemos abrir mão dos nossos avanços na tecnologia espacial”, salientou.

Além de Efraim Morais, apartearam o líder do governo os senadores Edison Lobão (PFL-MA), Hélio Costa (PMDB-MG) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Alcântara é um projeto nacional, afirma Sarney

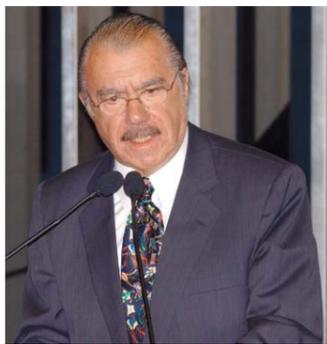
Quatro dias depois do acidente que matou 21 pessoas no Centro de Lançamento de Alcântara (MA), o presidente do Senado, José Sarney, pediu uma união de vontades para que o Brasil não abandone seu programa espacial.

Ao ressaltar a localização privilegiada do centro aeroespacial, Sarney disse que o projeto não é particular ou militar, mas de interesse nacional, e pediu que o país não jogue fora esse trunfo.

– Vamos prestigiar a FAB e o Programa Espacial Brasileiro e não maldizer os insucessos, desprezando o idealismo e a garra da Força Aérea Brasileira, que tem prestado grandes serviços ao país. O programa espacial não pode desaparecer e deve ter ajuda para continuar – salientou.

Ao avaliar as condições atuais do programa espacial, Sarney observou que está se repetindo a situação alarmante em que o encontrou no início do seu governo.

– Laboratórios paralisados por falta de recursos, a comunidade científica descrente com o poder público e o investimento no setor descendo a ní-



CONTINUIDADE José Sarney pede que o país prestigie a FAB e o programa espacial

veis baixíssimos, o que nos colocava em posição de inferioridade mesmo em comparação com países que lutam para desenvolver-se – relatou.

Sarney lembrou que, em seu governo, diante da gravidade do problema, inverteu a situação e esforçou-se para manter uma média anual de investimentos acima de 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Ele ressaltou que o novo século exige o fim do monopólio do saber científico, hoje objeto de comércio, concentrado nos países que dominam tecnologia.

– O Brasil jamais será o grande país que sonhamos se não nos dedicarmos agora, e logo,

a essa tarefa redentora de estar presentes nesse campo decisivo, que é o conhecimento humano, em que se jogam os destinos da história – frisou.

Sarney descartou a idéia de que, antes de enfrentar o desafio do progresso científico e tecnológico, é preciso aprofundar mudanças nas estruturas sociais do país. Para ele, o sistema produtivo passou a depender cada vez mais de infraestrutura de conhecimentos, que exige esforço coletivo.

No mesmo discurso, o presidente do Senado pediu que não sejam esquecidos os mortos na tragédia.

– Não podemos, por eles e com eles, abandonar a idéia de fazer do Centro de Lançamento de Alcântara uma referência da ciência e da tecnologia nacionais. Em Alcântara, temos a obrigação de erguer um monumento de nossa capacidade, o acesso ao espaço, o acesso às novas fronteiras. É o compromisso que o governo e a nação têm que levantar, abrindo caminho para a recuperação do tempo perdido. Vamos dar, aos que deram a vida, o sonho que construíam – finalizou o presidente do Senado.



ATITUDE Jefferson cumprimenta Lula e Viegas por não atribuírem culpa ao governo anterior

Jefferson Péres lamenta tragédia no Maranhão

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lamentou ontem o acidente no Centro de Lançamento de Alcântara. Em nome de seu partido, ele expressou solidariedade aos familiares das vítimas e a toda a comunidade científica brasileira.

Jefferson cumprimentou o presidente Lula e o ministro da Defesa, José Viegas, por rebaterem as insinuações de que o acidente teria ocorrido devido à falta de recursos, e que a culpa seria do governo passado.

– É inútil buscar culpados – assinalou.

REFORMAS Membros da Comissão de Assuntos Econômicos ouvem na semana que vem Aécio Neves, Eduardo Braga, Wilma de Faria, Marconi Perillo e Germano Rigotto sobre mudanças no sistema tributário nacional

CAE ouve governadores na terça

Os cinco governadores convidados para debater a proposta de reforma tributária – atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados – com os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) confirmaram participação na audiência pública marcada para a próxima terça-feira, às 10h.

A informação foi dada pelo presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), durante a reunião de ontem. Comparecerão os governadores de Minas Gerais, (Aécio Neves), Amazonas (Eduardo Braga), Rio Grande do Norte (Wilma de Faria), Goiás (Marconi Perillo) e Rio Grande do Sul (Germano Rigotto), representando as cinco regiões do país.



AUDIÊNCIA Tebet dá início ao debate da reforma tributária no Senado

"Todos falarão sobre a reforma tributária", disse o presidente da CAE. A reunião marca o início da discussão no Senado sobre o texto enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional.

BNDES
Os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Efraim Morais (PFL-PB) pediram ao presidente da CAE que se empenhe para que seja votado o projeto de lei (PLS nº 9/1999) do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que estabelece percentuais regionais para a aplicação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com prioridade de aplicação para a Amazônia e para o Nordeste.

O projeto determina montantes crescentes na distribui-

ção de recursos do banco para essas regiões, de 30% a 40% do total das aplicações. "Até agora, o Norte e o Nordeste só receberam 10% dos investimentos", reclamou Mão Santa, acrescentando que o substitutivo apresentado pelo relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), reserva 35% do total das aplicações do banco para promover o desenvolvimento dessas duas regiões.

O presidente da CAE manifestou o seu apoio ao substitutivo de Jereissati. Mas lembrou que as matérias terminativas nas comissões estão suspensas, porque a pauta de votações do Senado continua bloqueada – o que impediu a votação de dez matérias que seriam examinadas na reunião de ontem.

Garibaldi apóia reivindicações dos estados

Com base em relatório da Subcomissão Temporária da Dívida Pública, da CAE, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu ontem as reivindicações dos estados nas negociações para a reforma tributária.

O relatório da subcomissão inclui as respostas de dez estados a um questionário enviado aos respectivos governos pelo relator Ney Suassuna (PMDB-PB).

– Os governos dos estados mostraram grande responsabilidade no trato de suas dívidas, e o melhor exemplo é o Rio Grande do Norte, que comprometeu apenas 7,2% da receita de 2002 no pagamento de sua dívida; neste ano, o comprometimento é de apenas 8,3% da receita – afirma Garibaldi.



Garibaldi diz que estados têm sido responsáveis

Fátima Cleide defende emendas ambientalistas

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) convidou os senadores a participarem de audiência pública com a Frente Parlamentar para a Reforma Tributária Ecológica, para discussão da proposta apresentada pelo governo. A audiência, promovida pela Comissão de Meio Ambiente, Minorias e Cidadania da Câmara dos Deputados, será realizada hoje, às 11h, no auditório 8.

As entidades e os parlamentares que se identificam com as causas ambientalistas, disse a senadora em discurso ontem,



CAMPANHA Fátima pede apoio de simpatizantes às causas ambientalistas

entendem que o relatório sobre a reforma tributária apresentado pelo deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) não leva em consideração as questões do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Os senadores e os deputados da Frente Parlamentar apresentaram emendas à proposta da reforma que tratam, por exemplo, da seletividade do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) confor-

me o impacto ambiental do produto ou serviço, assinalou a senadora.

Fátima Cleide também comunicou o lançamento, na segunda-feira passada, da Campanha On-line pela Reforma Tributária. Com a iniciativa, observou, os internautas são convidados a enviar mensagens ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para que sejam incluídas na proposta as emendas defendidas pelos deputados da Frente Parlamentar para Reforma Tributária Ecológica.

Entre as entidades que apóiam a campanha on-line destacam-se Greenpeace Brasil, SOS Mata Atlântica, Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Instituto Socio-Ambiental (ISA), Núcleo Amigos da Terra e a WWF-Brasil.

De acordo com a senadora, a crescente participação da sociedade no que se refere à exploração sustentável dos recursos naturais "parece ser a mais fecunda marca" da gestão das políticas públicas no Brasil sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva.

Almeida Lima: Senado deve alterar projeto

O senador Almeida Lima (PDT-SE) afirmou ontem em Plenário que o Senado não pode abrir mão de sua função revisora na apreciação das propostas de emenda à Constituição (PECs nºs 40 e 41/2003) que introduzem alterações nos regimes geral e público da Previdência Social e no sistema tributário nacional, respectivamente.

– O Senado não pode passar atestado de iniquidade e pequenez – avaliou.

Citando informações divulgadas pela imprensa, o parlamentar disse que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, estaria tentando direcionar o comportamento do Senado no exame das duas matérias. Em troca da não apresentação de emendas à reforma previdenciária, mantendo inalterado o texto aprovado pela Câmara, teria o "privilégio" de promover discussões e mudanças na proposta tributária.

– Se não exercer sua função revisora, o Senado se amesquinhará – advertiu, sugerindo que a Casa não acate a proposta do governo, sob pena de se afastar dos ideais do povo brasileiro.

Na sua avaliação, o texto da reforma da Previdência apro-



REPÚDIO Almeida Lima critica tentativa de "esvaziamento político" do Senado

vado pela Câmara é "uma resolução intempestiva e danosa ao trabalhador brasileiro". Por esse entendimento, caberia ao Senado, portanto, emendar a proposta para livrá-la de desrespeitos aos direitos adquiridos.

Ainda de acordo com Almeida Lima, as restrições que tentam ser impostas à atuação do Senado diante das duas reformas ilustram uma tentativa recorrente de subtrair as competências da Casa. Além de projetos que teriam a intenção de suprimir a competência fiscalizadora do Senado na execução da política monetária, o senador por Sergipe reclamou que a Câmara costuma arquivar proposições de iniciativa dos senadores e que o Executivo planeja transformar o Senado em "casa homologatória de seus desejos".

– Isso denota uma tentativa de esvaziamento político – criticou.

Valadares quer correção na tabela do IR

A correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, refletindo a inflação acumulada desde 1996, e a adoção de critérios para que o contribuinte de menor renda possa descontar proporcionalmente mais do que o de renda mais alta foram defendidas ontem pelo senador Antonio Carlos Valadares (PDT-SE).

A correção inadequada da tabela de deduções, segundo Valadares, infringe os princípios constitucionais da igualdade, da capacidade contributiva, da vedação do confisco, da legalidade tributária e do direito de propriedade. O senador é contra a possibilidade de o governo extinguir as deduções ou limitá-las, conforme foi noticiado.



Para Valadares, tabela do IR viola a Constituição



DECISÃO Presidente Sarney informou ao Plenário que exame do PLV nº 21 será feito pela Comissão Diretora

Requerimento de três líderes adia votação de projeto sobre microcrédito

Os líderes do PFL, José Agripino (RN), do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PDT, Jefferson Péres (AM), requereram à Mesa do Senado o reexame da Medida Provisória 121/2003, transformada em projeto de conversão (PLV nº 21), que regula a criação de subsidiárias integrais do Banco do Brasil para atuar no microcrédito. Com o pedido, foi adiada a votação da pauta ontem.

Os três líderes argumenta-

ram que não é possível regulamentar, por meio de medida provisória, emendas constitucionais já aprovadas.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), argumentou que a medida iria favorecer o crédito para microempresas e consórcios e apelou para que o projeto fosse votado, assim como o PLV nº 22 da MP 122/2003, que trata dos empréstimos à população de baixa renda e cria o Programa

de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social (PIPS). Em troca, o governo aceitaria adiar a discussão sobre o PLV nº 23 da MP 123, que cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.

O presidente José Sarney, no entanto, acolheu o requerimento dos três líderes e determinou o exame do PLV nº 21 pela Comissão Diretora, marcando para hoje a retomada das deliberações pelo Plenário.

Maguito diz que lutará para recriar Sudeco

Ao elogiar a decisão do governo Lula de recriar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) anunciou ontem que lutará pela recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). O órgão, conforme disse, deverá levar adiante projetos fundamentais para a região e para o Brasil como um todo, como é o caso da Ferrovia Leste-Oeste.

Maguito salientou que o crescimento do Centro-Oeste não será positivo apenas para a região, mas para o Brasil, uma vez que os setores da agricultura e do agronegócio têm sido um dos sustentáculos do crescimento da economia e das exportações nos últimos anos.

O senador registrou que, neste ano, pela primeira vez na história, o Brasil exportará mais soja do que os Estados Unidos, frisando que esse resultado se deve em grande parte ao de-



ALAVANCA Maguito espera que Sudeco retorne para gerenciar projetos de desenvolvimento

sempenho da agricultura do Centro-Oeste. O agronegócio é, hoje, responsável por 30% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e o superávit de exportações do setor será superior a US\$ 20 bilhões neste ano, argumentou.

Maguito também se referiu à reforma tributária, para afirmar a necessidade de a política de incentivos fiscais ser mantida por pelo menos mais 15 anos. Do contrário, os estados do Centro-Oeste perderão sua principal alavanca de desenvolvimento, afirmou.

Aelton anuncia congresso de agronomia

O senador Aelton Freitas (PL-MG) convidou os parlamentares a acompanharem o 23º Congresso Brasileiro de Agronomia, que se realizará em Belo Horizonte (MG) no dia 2 de setembro. Cerca de 2 mil profissionais e acadêmicos devem comparecer ao evento, que contará, na abertura, com a presença dos ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues, e da Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano. Aelton cumprimentou a Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos (SMEA) pela organização do congresso, cuja grande atração será a discussão sobre os produtos transgênicos.



POLÊMICA Questão dos transgênicos será debatida no congresso, afirma Aelton

Senado ouve hoje economista que ganhou o Nobel

■ Crítico da atuação do FMI, o economista Joseph Stiglitz fala em reunião conjunta da CAE e da CRE



POSTURA Segundo Suplicy, Stiglitz tem se destacado como um pensador independente

As comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE) reúnem-se hoje, às 14h15, para debate com o economista americano Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia de 2001, ex-chefe do Conselho de Consultores do governo Bill Clinton, ex-vice-presidente do Banco Mundial e professor da Universidade de Colúmbia (EUA). Ele se tornou mais conhecido por suas críticas à atuação do Fundo Monetário Internacional (FMI) nas crises de países emergentes no final dos anos 90.

O encontro será na sala 2 da Ala Nilo Coelho. Acompanharão o professor Stiglitz os economistas Albert Fishlow, diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos e do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Colúmbia, e Gio-

vanni Dosi, professor da Escola de Estudos Avançados Sant'Anna, em Pisa, Itália.

– Stiglitz tem se destacado como pensador independente e crítico das políticas econômicas recomendadas aos países em desenvolvimento por instituições como o FMI e o Banco Mundial – observa o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da CRE.

A palestra e o debate serão gravados pela TV Senado e transmitidos após a reunião das duas comissões.

Convênio garante obras em Palmas, diz Eduardo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) anunciou em Plenário a assinatura de convênio de R\$ 40 milhões entre o governo do Tocantins e a prefeitura da capital do estado, Palmas, destinado a garantir a execução de dezenas de obras, entre elas o asfaltamento de bairros, construção de pontes e rede de águas pluviais. A prefeitura participará com R\$ 10 milhões e o estado com R\$ 30 milhões.

– Com isso, evitaremos distorções no Plano Diretor de Palmas, uma cidade planejada como Brasília. Lá não existem invasões de terrenos urbanos, porque sempre são colocados lotes à venda, em licitação pública feita pela Caixa Econômica – disse.

O acordo, assinado entre o governador Marcelo Miranda (PFL) e a prefeita Nilmar Ruiz (PFL), prevê a pavimentação de



PROTEÇÃO Obras preservarão o Plano Diretor da capital, diz Eduardo Siqueira Campos

1,3 milhão de metros quadrados em Palmas, o que equivale a 196 quilômetros de rodovias.

Eduardo Siqueira Campos informou ainda que repasse de verbas do Ministério das Cidades permitirá a construção de 900 casas na periferia da capital, em regime de mutirão.



VIOLÊNCIA Ana Júlia Carepa disse que menores de Altamira foram torturados e mortos

Pará começa a julgar assassinos de crianças

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) registrou o início, ontem, do julgamento de seis acusados pelos crimes de tortura, tentativa de homicídio e homicídio contra 19 crianças no município de Altamira (PA), entre 1989 e 1993.

A CPI Mista da Exploração Sexual, da qual a senadora é integrante, irá acompanhar os três dias do julgamento no Tribunal do Júri de Belém, esperado com muita ansiedade, especialmente por sobreviventes dos crimes, familiares e movimentos organizados da sociedade civil.

Nove das crianças foram sequestradas e tiveram seus órgãos sexuais extirpados, seis foram encontradas mortas e três conseguiram sobreviver. Cinco meninos continuam desaparecidos.

Ana Júlia explicou que serão julgados seis acusados dos crimes cometidos contra cinco das vítimas. São dois médicos, dois policiais, a líder de uma seita denominada Lineamento Universal Superior (LUS), com sede na Argentina, e o filho de um proprietário de terras e empresário local.

Entidades de defesa dos direitos das crianças acompanham o julgamento. Também está prevista uma programação, de hoje até sexta-feira, com cultos religiosos, manifestações artísticas e caminhadas de protestos.

Brasileiros com bens nos EUA serão investigados

Possível envolvimento dos proprietários com narcotráfico e corrupção será pesquisado pela CPI

O presidente da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), recebeu do representante da Receita Federal em Washington (EUA) uma relação de 170 brasileiros que possuem bens superiores a US\$ 800 mil nos Estados Unidos não constantes de suas declarações do Imposto de Renda.

– Essas pessoas vão ser investigadas pela CPI. Vamos verificar se estão envolvidas em outros crimes, como narcotráfico, contrabando, corrupção, além de sonegação fiscal – disse o senador.

Os cinco integrantes da CPI do Banestado que viajaram aos Estados Unidos mantiveram, na última segunda-feira, reunião na comissão do Congresso norte-americano que investiga a lavagem de dinheiro naquele país em busca de informações sobre empresas *off-*



AVANÇOS Antero destaca importância dos contatos realizados nos Estados Unidos

shore que promoveram evasão de divisas no Brasil através de contas CC-5. Os deputados e senadores brasileiros entregaram ofício aos integrantes da comissão do Congresso dos Estados Unidos, recomendando que eles investiguem a empresa uruguaia Lespan, responsável pela remessa de bilhões de dólares de brasileiros por meio da agência do Banestado em Foz do Iguaçu (PR).

Sigilo quebrado

Os parlamentares brasileiros visitaram ontem o Departamento de Justiça dos Estados

Unidos, acompanhando os procuradores e policiais federais da força-tarefa que investiga a evasão de divisas, para entregar às autoridades norte-americanas informações sobre 25 contas mantidas na agência do Banestado em Nova York, cujo sigilo bancário está sendo quebrado pela Justiça dos Estados Unidos. Os dados serão repassados aos procuradores brasileiros, dentro do acordo de cooperação na área judicial entre Brasil e Estados Unidos.

– O encontro foi muito produtivo. O Departamento de Justiça se comprometeu a colaborar com as investigações do Ministério Público brasileiro e já marcou reunião de trabalho com a delegação do Ministério da Justiça e da Polícia Federal para a entrega das informações solicitadas – disse o presidente da CPI.

De acordo com o senador, a direção do FBI também participou da reunião e garantiu que vai mobilizar suas equipes para investigar o destino dos recursos que passaram pelas contas do Banestado em Nova York. Antero Paes de Barros afirmou que os resultados das visitas têm sido muito expressivos.



FATALIDADE Paulo Octávio comentou acidente na Via Dutra que matou ex-presidente

Paulo Octávio lembra 27 anos da morte de JK

Ao lembrar os 27 anos da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek, ocorrida em 22 de agosto de 1976, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) observou que a Câmara dos Deputados investigou exaustivamente em 2000 as circunstâncias da morte de JK, em acidente de carro, na Via Dutra, no município de Resende (RJ). Paulo Octávio participou da comissão.

– Foi tudo muito rápido numa noite de agosto de 1976. O carro em que viajava para o Rio, na Via Dutra, foi colhido por um caminhão. JK morreu na hora. Foi uma fatalidade – afirmou.

As suspeitas de que a morte de JK poderia ter sido um atentado levaram à sugestão do próprio Paulo Octávio, na época deputado, para que a Câmara dos Deputados criasse a comissão de 22 parlamentares responsáveis pela investigação, que incluiu tomada de depoimentos de jornalistas, peritos, advogados e amigos de Juscelino Kubitschek.

– Ouvimos mais de 40 pessoas, não desprezando nenhuma tese, nenhuma versão. Já não restam dúvidas sobre a morte de JK – disse.

Em apartes, enalteceram JK e se associaram às homenagens ao ex-presidente os senadores Hélio Costa (PMDB-MG), Demostenes Torres (PFL-GO) e Romeu Tuma (PFL-SP), este na presidência da sessão no final da tarde de ontem.

Subcomissão de Segurança promove audiências sobre crime organizado

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública aprovou ontem requerimento conjunto dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) para a realização de audiência pública na próxima terça-feira, com a participação da advogada Maria Thereza Rocha de Assis Moura, professora de Processo Penal na Universidade de São Paulo (USP); do juiz Luiz Fernando Vidal, do 1º Tribunal do Júri do

Estado de São Paulo; e do procurador de Justiça aposentado Cezar Roberto Bittencourt, doutor em Direito Penal pela Universidade de Sevilha.

A exemplo dos especialistas na área penal citados, o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, e o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, também serão convidados a participar de audiência pública na subcomissão no próximo dia 9, para dar pros-

seguimento à discussão sobre o combate ao crime organizado no país.

A existência de três medidas provisórias (MPs) com prazo de votação vencido impediu o exame de projetos em pauta que deveriam ser apreciados com caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Com a pauta trancada, as matérias em questão não puderam ser votadas pelo colegiado.

Tuma enaltece Caxias como exemplo a ser seguido

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) homenageou ontem o Duque de Caxias, no bicentário de seu nascimento, como um herói da história do Brasil. Ele lembrou que o século 19 se caracterizou pelas dificuldades de manter a integridade do Brasil, “quando se agigantou a figura de Caxias,

guerreiro quando necessário, mas negociador e pacificador sempre”.

– Herói é o abnegado que não se recusa a cumprir seu dever; portanto, triste é o país que não teve heróis e, assim, não tem exemplos para admirar e copiar – afirmou.

Ao traçar uma biografia de Luís Alves de Lima e Silva, o senador lem-

brou que ele foi, além de militar, senador, presidente das províncias do Maranhão e do Rio Grande do Sul e três vezes ministro da Guerra.

Ao concluir seu pronunciamento, Tuma citou o historiador Pedro Calmon, que analisou por que Caxias foi um vitorioso: “Ele venceu porque soube convencer, pois a ver-

dadeira vitória é uma tarefa de persuasão, de conquista de corações para que se atinja o ideal vencedor. Caxias soube cobrir as forças em luta fratricida com o véu iluminado da concórdia e da pacificação. Ele soube reunir a generosidade aliciadora ao gênio de guerreiro consumado”.



DEBATE NO SENADO Ministro das Cidades argumenta que instituição de órgão regulador é fundamental para a implementação dos projetos em estudo na pasta

Olívio Dutra quer agência para saneamento

Ausência de coleta de esgoto em 9,6 milhões de domicílios compõe realidade que ministro considera "dramática"

A criação de uma agência reguladora para o setor de saneamento e de abastecimento de água, nos moldes das já existentes para outros setores, foi defendida ontem pelo ministro das Cidades, Olívio Dutra, durante audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado. Ele afirmou que a instituição do órgão é fundamental para a concretização dos planos do ministério de universalizar esses serviços para toda a população.

Ao qualificar de "dramática" a situação do setor, Olívio Dutra informou que, de acordo



DEBATE Entre Ana Júlia e Saturnino (D), Olívio Dutra e assessores se dirigem para a audiência pública na Comissão de Infra-Estrutura

com estudo detalhado desenvolvido pelo ministério, 9,6 milhões de domicílios urbanos não têm coleta de esgotos, em prejuízo de um total de 60 milhões de pessoas. Ainda segundo Olívio Dutra, 3,4 milhões de domicílios urbanos não pos-

suem água encanada e 16 milhões de pessoas não contam com a coleta de lixo.

Em resposta ao senador José Jorge (PFL-PE), presidente da CI e autor do requerimento da audiência pública, o ministro esclareceu que não há como, de

acordo com os levantamentos, atacar o problema "de forma ideologizada". José Jorge havia questionado o motivo pelo qual o governo não estava aproveitando as experiências do setor dos governos anteriores.

– Nossos esforços, no momento, são no sentido de definir o marco regulatório do setor, para não desperdiçar recursos ou dispersar ações. Esse marco permitirá padronizar e unificar os serviços de saneamento e de fornecimento de água para todos – declarou Olívio Dutra.

Conferência das cidades

A secretária-executiva do ministério, Ermínia Maricato, afirmou que a descentralização das ações nessa área está prevista no Estatuto da Cidade e será o foco dos debates da Conferência Nacional das Cidades, prevista para outubro, em Bra-

sília. Os 3.600 delegados que comparecerão ao encontro deverão eleger, na ocasião, o Conselho das Cidades.

– A intenção do ministério é a de definir políticas emergenciais para atender aos serviços de saneamento básico e de água da população, mas também redesenhar os sistemas de habitação, de saneamento e de transportes urbanos para os próximos 20 anos. Tudo isso será feito com a participação dos municípios – disse.

O secretário nacional de Saneamento Ambiental, Abelardo de Oliveira Filho, um dos participantes da audiência pública, afirmou que um dos objetivos do Ministério das Cidades é contribuir para elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades brasileiras, no que couber ao setor de saneamento e de abastecimento de água.

Tourinho e Borges mostram modelo baiano

Como contribuição para a regulamentação do setor, que está em estudo no governo federal, os senadores baianos Rodolpho Tourinho e César Borges, ambos do PFL, apresentaram, no curso da audiência com o ministro Olívio Dutra, experiências desenvolvidas em seu estado na área de saneamento. Eles defenderam ainda a retomada da capacidade de endividamento dos estados e da União para executar projetos públicos no setor.

Segundo Tourinho, o projeto Bahia Azul, que saneou grande parte da região metropolitana de Salvador, consumiu cerca de US\$ 1 bilhão em dez anos. Foram usados no programa financiamentos externos, recursos do estado e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Já César Borges disse duvidar que a iniciativa privada se interesse sem executar obras que dependem de grandes investimentos para levar água a pequenos municípios.

José Jorge sugere maior participação de investimentos privados no setor

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador José Jorge, recomendou ontem, durante a audiência pública com o ministro das Cidades, Olívio Dutra, que o governo dê maior ênfase à necessidade de participação do investimento privado na área de saneamento. Ele observou que o setor público enfrenta dificuldade em sua capacidade de investimento e na obtenção de recursos para atingir as metas de universalização dos serviços.

José Jorge destacou a conveniência de se encontrar, com rapidez, um marco regulatório para possibilitar, o quanto antes, os investimentos privados nesse e em outros setores da economia, como o elétrico.

Intervindo no debate, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) cobrou urgência e prioridade aos investimentos nos serviços de saneamento, especialmente para as pessoas que vivem com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo. Ele contou sua experiência como médico no interior de Roraima e afirmou que a falta de água e de esgoto mata mais



OPORTUNIDADE José Jorge afirma que adoção de marco regulatório deve permitir entrada da iniciativa particular na área de saneamento

que o trânsito, pela transmissão de doenças como hepatite e febre tifóide.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a experiência do orçamento participativo durante a gestão do ministro Olívio Dutra na prefeitura de Porto Alegre e sugeriu a implementação desse conceito em âmbito federal.

Consórcios

As prefeituras poderão montar consórcios para a realização de obras de saneamento básico, sem perder o seu poder concedente. Isso deve constar da regulamentação que vem

sendo formulada pelo Ministério das Cidades, conforme anunciou Olívio Dutra em resposta à senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA).

A senadora pelo Pará elogiou a iniciativa do governo em criar um ministério específico para tratar das cidades, evitando a dispersão de recursos públicos que ocorria em gestões passadas.

– É preciso otimizar a utilização dos recursos, pois 83% da população está nas cidades e não houve planejamento capaz de acompanhar esse crescimento – observou.

Comissão deve discutir verbas para metrô

No debate com o ministro Olívio Dutra, os senadores da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) cobraram a liberação de recursos do governo federal para a continuidade de obras dos metrô de Salvador, Recife, Fortaleza e Belo Horizonte. Segundo os parlamentares, a falta de cumprimento da contrapartida da União faz com que as parcelas de financiamentos obtidos de instituições financeiras internacionais não sejam liberadas para as obras.

A discussão levou o senador José Jorge, presidente da comissão, a anunciar que vai propor realização de audiência pública sobre o assunto, já na próxima semana, com a secretária-executiva do Ministério das Cidades, Ermínia Maricato.

Rodolpho Tourinho reclamou que milhões de pessoas são prejudicadas em Salvador por força do contingenciamento de recursos, que levou à interrupção da construção do metrô.

Cristovam elogia obras do Senado

Com 16 mil participantes inscritos, foi aberta ontem a 10ª Jornada Nacional de Literatura de Passo Fundo (RS), cujo tema é “Vozes do Terceiro Milênio – A arte da inclusão”.



Cristovam destaca publicações em braile

O Senado Federal participa com um estande onde estão expostos livros em braile (escrita em relevo que permite aos cegos lerem com o

tato), importante ferramenta para a inclusão dos deficientes visuais na sociedade.

Após a solenidade de abertura, o ministro da Educação, senador licenciado Cristovam Buarque, afirmou estar orgulhoso da iniciativa do Senado.

– Tradicionalmente, o Senado se limitava apenas a ser a voz do povo. Mas agora, com uma atividade como essa, é mais do que a voz do povo: é um instrumento do despertar da consciência nacional.

Estande em Natal traz Balmaceda

Uma das novidades que o Conselho Editorial do Senado está comercializando na Bial Nacional do Livro de Natal é a obra *Balmaceda*, de Joaquim Nabuco, escrita em 1895, logo após o término da guerra civil chilena, que começou em 1891. O livro, que é uma compilação de artigos escritos pelo autor e publicados no *Jornal do Commercio* (PE), descreve parte do governo do presidente José Manuel Balmaceda entre os anos de 1890 e 1891, procurando explicar os motivos que levaram aquele país a uma guerra civil.

Joaquim Nabuco mostra os problemas que Balmaceda teve com o Congresso e as dificuldades para formar seu gabinete presidencial. A tese principal do autor é a de que a atitude despótica e autoritária de Balmaceda, que termina por instalar uma ditadura no Chile, foi a base para a guerra civil.

Alternativas para a TV a cabo

A Comissão de TV a Cabo (foto), que funciona no âmbito do Conselho de Comunicação Social (CCS), aprovou na tarde de ontem o relatório destinado a apresentar alternativas para a recomposição do modelo de serviços do setor e tornar financeiramente viável a atividade no Brasil. Na próxima segunda-feira, o plenário do conselho deverá votar o relatório final, que, se aprovado, será encaminhado ao presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney.

A comissão foi criada para debater o Projeto de Lei nº 175/2001, de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que abre a possibilidade de o capital estrangeiro participar com 100% nos negócios que envolvem a TV a cabo em território brasileiro.

O relatório, que não é conclusivo, considera desnecessária a desnacionalização do setor e apresenta uma série de recomendações e alternativas técnicas para ampliar e tornar saudável a atividade.



José Cruz

Senado e Confea unem-se para beneficiar portador de deficiência

Objetivo é desenvolver ações de divulgação e educação a distância que permitam aplicar o Estatuto da Cidade

O Senado vai desenvolver com o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) ações conjuntas de divulgação e educação a distância, visando ao treinamento de gestores públicos para a aplicação do Estatuto da Cidade, especialmente quanto ao manejo das estruturas urbanas para acolher pessoas portadoras de deficiências. Este foi o tema de audiência concedida ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, ao presidente do Confea, Wilson Lang.

O material, produzido pelo



AUDIÊNCIA Sarney recebe o presidente do Confea, Wilson Lang

Confea, será divulgado pela estrutura de comunicação social do Senado, inclusive televisão, prevendo-se também a utilização da Universidade Virtual do Senado (Unilegis) para estabelecer cursos de educação a distância. Dessa forma, seriam atingidos os responsáveis pela implantação do Estatuto da Ci-

dade.

– O estatuto é um texto técnico muito complexo e avançado para a situação real do cotidiano dos nossos municípios. É preciso treinar os profissionais da área e os gestores públicos, inclusive vereadores, para que entendam, interpretem e saibam aplicá-lo. Os instrumentos

colocados na lei conceitualmente precisam ser detalhados operacionalmente – esclareceu Wilson Lang.

Para o presidente do Confea, outra grande dificuldade para melhorar a situação das pessoas portadoras de deficiências não é técnica, mas cultural.

– A sociedade brasileira é altamente excludente com relação aos deficientes. Por isso preparamos uma cartilha para sensibilizar a sociedade, e principalmente a família, a mudar sua concepção, pois a partir daí as ações públicas serão facilmente realizadas. Os problemas são de fácil solução tecnológica. A principal questão é a concepção da sociedade. Por isso temos esperança, porque o brasileiro tem dado mostras de espírito de voluntariado, como na reação espantosa diante da crise energética.

SAÚDE

Capiberibe pede combate urgente à dengue no Amapá

O senador João Capiberibe (PSB-AP) reivindicou ao Ministério da Saúde providências urgentes de combate a uma possível epidemia de dengue no Amapá. Segundo informou, os casos notificados da doença no estado cresceram 139% no primeiro semestre de 2003, passando de 199 casos em janeiro para 476 em julho.

Ao comparar os dados de



João Capiberibe aponta avanço da dengue no estado

dengue no Amapá e nos demais estados da Região Norte nesse período, Capiberibe constatou que só por lá os registros da doença avançaram.

– Hoje há um caso notificado de dengue para cada 999,6 habitantes, o que já demonstra um quadro epidêmico – afirmou.

Capiberibe lamentou que as autoridades sanitárias do Amapá tenham perdido o controle sobre o problema.

Crivella condena nomeação política e defende Haddad

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) lamentou a crise no Instituto do Câncer (Inca), do Rio de Janeiro, e defendeu o diretor demissionário, ex-ministro da Saúde, ex-senador e ex-prefeito do Rio de Janeiro Jamil Haddad.

– O Inca é o maior centro público de tratamento do câncer do país, chega a atingir 237 mil atendimentos anuais, e não pode ficar sujeito a nomeações



Marcelo Crivella: Inca não pode perder eficiência

políticas que comprometam essa eficiência – disse Crivella.

Também defenderam a capacidade e a integridade de Jamil Haddad os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ), João Capiberibe (PSB-AP), Papaléo Paes (PMDB-AP), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Demostenes Torres (PFL-GO) e César Borges (PFL-BA).

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma